

AZEVEDO, José da Costa

*militar; dep. geral AM 1878-1881; min. Mar. 1889; sen. AM 1894-1897 e 1903-1904.

José da Costa Azevedo, futuro *barão de Ladário*, nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 30 de novembro de 1823, filho de José da Costa Azevedo. Seu pai foi um renomado cientista e desenvolveu projetos na área de educação. Seu tio-avô, também homônimo, era frade; foi professor do Seminário de Olinda (PE) e depois da Academia Militar do Rio de Janeiro.

Estudou matemática e ciências físicas na Escola da Marinha no Rio de Janeiro, tornando-se oficial da Marinha de Guerra. Em 1853, como capitão-tenente da Armada, era membro da Comissão de Limites no Rio Grande do Sul. Em 1855 fundou nessa província o jornal *O Povo*, que defendia a posição do liberalismo dito “histórico”. Em 1860, já como capitão de fragata, dirigiu trabalhos hidrográficos no Norte do país a fim de esclarecer a Comissão de Limites entre o Brasil e a Guiana Francesa. Auxiliou também a Comissão de Limites do Brasil com o Peru. Chefiou a Esquadra brasileira na Guerra do Paraguai (1864-1870) e foi condecorado com o título de barão de Ladário.

Membro do Partido Liberal do Império, foi eleito deputado geral pelo Amazonas e exerceu seu mandato de 1878 a 1881. Foi o último ministro da Marinha do Império, tendo exercido o cargo no Gabinete Ouro Preto. Quando da proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, reagiu ao movimento e ficou gravemente ferido. Foi socorrido pelo próprio marechal Deodoro da Fonseca, que liderou o golpe de Estado.

No período seguinte, participou ativamente dos estudos sobre as fronteiras do Brasil com o Peru, Venezuela e Bolívia. Divergiu com vigor de Quintino Bocaiúva sobre a questão e também sobre o território de Palmas, que se encontrava em litígio com a Argentina em 1891.

Em 1894 foi eleito senador pelo Amazonas, na vaga aberta com a morte do senador Joaquim Leovigildo Coelho em outubro do ano anterior. Exerceu seu mandato até 1897 e voltou a ser eleito em 1903. Sua indicação para o Senado foi uma imposição do senador gaúcho e líder nacional José Gomes Pinheiro Machado, em oposição à indicação de Antônio Bittencourt feita pelo governador amazonense Silvério Nery com a aprovação do

Partido Democrata. Sua eleição foi confirmada por um parecer da Comissão dos Cinco, responsável pela divulgação dos eleitos. Esse parecer foi submetido à votação no plenário do Senado, e após dois empates, só na terceira tentativa, e por apenas um voto de diferença, foi aprovado. Assumiu assim sua cadeira no Senado em maio de 1903, e foi designado membro da Comissão de Marinha e Guerra. Faleceu em 24 de outubro de 1904, no exercício do mandato.

Publicou várias cartas hidrográficas levantadas para subsidiar comissões de limites, além dos artigos “Investigação astronômica: memória científica acerca da longitude da torre do Arsenal da Marinha de Pernambuco” (*Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*) e “A questão das missões estudada à luz dos documentos: esclarecimentos para os membros do Congresso” (*Correio do Povo*, 1891).

Alan Carneiro

FONTES: LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*; SENADO. Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1904&li=23&lcab=1894-1896&lf=23>. Acesso em: 18/9/08).